

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA S.A.  
(anteriormente denominada Companhia Docas  
do Espírito Santo - CODESA)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA S.A.  
(anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

## Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas e investidores,

Após um ano de grandes conquistas e realizações, viemos compartilhar aqui os principais resultados de 2023. Focamos na implementação de uma agenda de geração de valor e gestão eficiente, que se mostrou acertada e se reflete hoje em excelentes resultados econômico-financeiros e um sólido balanço patrimonial.

### DESTAQUES

Em 2023, a Vports, autoridade portuária responsável pelo Porto de Vitória e Porto de Barra do Riacho, celebrou o primeiro ano completo desde sua privatização. Durante esse período, diversos marcos foram alcançados, incluindo a assinatura de quatro novos contratos comerciais, a transição da marca da antiga CODESA para Vports, o cumprimento integral das obrigações do Contrato de Concessão, o início das obras obrigatórias e a realização de obras não obrigatórias, a conclusão bem sucedida de um Programa de Demissão e Incentivos Voluntários (PDIV) e o aumento significativo da eficiência operacional da companhia – observado na capacidade de geração de caixa operacional. Esses feitos representam importantes avanços e reafirmam o compromisso da Vports com a excelência e o progresso na gestão portuária.

### MERCADO

Ao longo do primeiro semestre de 2023, o foco da companhia concentrou-se na celebração de contratos com novos exploradores e na renovação de contratos existentes. Conforme esperado, a mudança da gestão pública para privada, com adequações operacionais, comerciais e institucionais, teve impactos na movimentação de cargas ao longo desse período, caracterizado por uma queda em todos os segmentos de carga, em comparação com o primeiro semestre de 2022.

Com a conclusão dos novos contratos e início das operações, o segundo semestre de 2023 apresentou os efeitos planejados pela Administração: todos os segmentos de carga abrangidos pelos novos contratos apresentaram aumento expressivo da movimentação, compensando as quedas observadas no primeiro semestre e resultando em aumento superior a 15% em relação ao segundo semestre de 2022. Esses resultados refletem o esforço da companhia para melhorar a eficiência operacional que possibilite melhores condições de utilização pelos usuários do porto.

Na análise anual, é notável o crescimento dos granéis sólidos, consolidando-se como o tipo de carga mais movimentada no porto. Esse aumento expressivo concentrou-se principalmente nos concentrados minerais (lítio), malte, escória e trigo, com um leve incremento também observado nos fertilizantes e ferro. No setor de carga containerizada, merece destaque as movimentações de café, veículos, produtos químicos, alimentos e tecidos. Na categoria de carga geral, as operações de offshore e veículos experimentaram um aumento substancial. Os aumentos são reflexo direto dos novos contratos firmados ou renegociados. A movimentação de carga solta, com destaque para o granito em bloco, voltou a ganhar destaque nos berços compartilhados, após sua última operação em 2018.

## OPERAÇÃO

O PDIV, realizado entre fevereiro e setembro, registrou a adesão de 194 pessoas, resultando em um volume financeiro total de R\$ 75,5 milhões, dos quais R\$ 31,5 milhões foram a título de incentivo e o restante foram verbas rescisórias. Esse programa foi uma importante iniciativa para a otimização dos recursos humanos da empresa, proporcionando uma transição suave e eficiente para os colaboradores que optaram por deixar a empresa voluntariamente. O programa permitiu uma renovação do quadro de pessoal com a máxima transparência e respeito aos ex-colaboradores, ao mesmo tempo que garantiu a otimização das equipes, com a contratação de 107 novos colaboradores.

O primeiro ano completo de Vports foi marcado por uma agenda intensa de entregas relacionadas ao Contrato de Concessão e às reestruturações necessárias pela desestatização da companhia. Foram empenhados por volta de R\$ 15 milhões em despesas extraordinárias, equivalente a perto de um terço de todos os serviços de terceiros reconhecidos ao longo de 2023.

As melhorias operacionais mais significativas se concentraram (i) nos aspectos de segurança, com a reestruturação dos planos e quadro de pessoal, eliminando episódios de roubo da carga e aumentando a confiabilidade da operação; (ii) na plena disponibilidade das novas balanças das portarias automatizadas em Capuaba e Vitória, eliminando assim filas internas que antes eram formadas e reduzindo o tempo que o navio permanece atracado; (iii) na conclusão das manobras teste para acesso de embarcações com calado de 12,5 metros, aumentando a frota potencial que acessa o porto organizado; e (iv) entrega do novo Plano de Zoneamento, regulando o uso das novas áreas e aumentando a flexibilidade de novos contratos para todas as áreas disponíveis. Ainda em 2023, a Vports iniciou a execução do caderno de obras obrigatórias da concessão, obtendo 100% de aderência física-financeira em relação ao cronograma projetado.

Projetos de saneamento do passivo, legado da empresa pública, foram acelerados, permitindo redução de aproximadamente 50% das provisões e levantamentos de depósitos judiciais em quase R\$ 20 milhões. Na frente de eficiência fiscal, a Vports recebeu aprovação da SUDENE para a criação de uma filial em Aracruz (ES) que fica responsável pelas operações do porto de Barra do Riacho, importante polo de celulose, combustíveis e disponibilidade de área superior a 500 mil m<sup>2</sup> com vocação multipropósito, porto-indústria e geração de energia.

## GESTÃO E GOVERNANÇA

Em 2023, a companhia alcançou diversos avanços na gestão. Dentre eles, o novo plano de cargos e salários para os colaboradores, o novo acordo coletivo de trabalho e, os novos programas de desenvolvimento de lideranças.

Novos processos de governança foram implementados, com a formação de um novo conselho de administração com metade de seus membros sendo independentes, avanço em políticas de compliance e integridade com novo canal de denúncia, código de conduta e ética e gestão socioambiental e a certificação nas ISO 9.001, 14.001, 45.001 e 27.001, reforçando o compromisso da Vports com segurança do trabalho, respeito ao meio ambiente e segurança da informação.

## RESULTADOS

A Vports apresentou uma receita operacional líquida, descontados as receitas de construção, de R\$ 230,6 milhões em 2023, 33% maior quando comparada ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 173,0 milhões) e um lucro líquido no período de R\$ 8,3 milhões. O crescimento da receita se deve, principalmente, aos novos contratos firmados.

O EBITDA Ajustado<sup>1</sup> no ano de 2023 foi de R\$ 129,5 milhões, apresentando um crescimento de 94% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 66,6 milhões). A margem EBITDA Ajustada aumentou 17 pontos percentuais, partindo de 39% (em 2022) para 56%. O resultado foi possível pela implementação de uma nova dinâmica comercial, associada a novos métodos orçamentários e de controles internos.

| Destaques (R\$ MM)                              | 2023    | 2022    | Δ %     |
|---|---------|---------|---------|
| <i>Receita Operacional Líquida</i> <sup>2</sup> | 230,6   | 173,0   | 33%     |
| <i>Custos e Despesas</i> <sup>3</sup>           | (183,2) | (142,9) | 28%     |
| <i>Outras Receitas / Despesas</i>               | (27,0)  | (76,6)  | (65%)   |
| <i>Depreciação e amortização</i>                | 17,2    | 15,1    | 14%     |
| <i>EBITDA</i> <sup>4</sup>                      | 37,6    | (31,4)  | 220%    |
| <i>Margem EBITDA</i>                            | 16%     | (18%)   | 36 p.p. |
| <i>EBITDA Ajustado</i>                          | 129,5   | 66,6    | 94%     |

<sup>1</sup> Os ajustes realizados em 2023 no Ebitda são o PDIV no valor de R\$ 75,5 milhões, AVP da outorga fixa no valor de R\$ 15,3 milhões, provisão de bônus e PECLD no valor de R\$ 4,2 milhões e reversão de PECLD com ajuste negativo de -R\$ 3,6 milhões.

<sup>2</sup> Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras, deduzidas as receitas de construção com margem zero (OCPC05) e sem efeito-caixa.

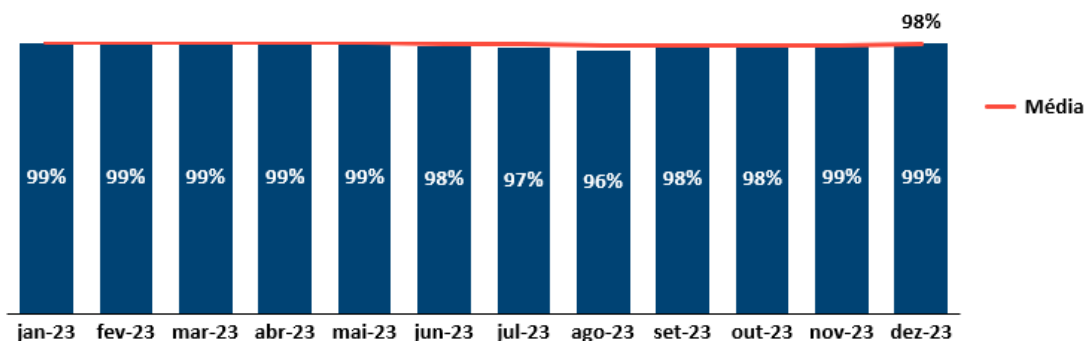
<sup>3</sup> Não inclui os custos de construção ativo intangível com margem zero.

<sup>4</sup> Instrução CVM 156

|                               |       |        |         |
|-------------------------------|-------|--------|---------|
| <i>Margem EBITDA Ajustado</i> | 56%   | 39%    | 17 p.p. |
| <i>Resultado Financeiro</i>   | (2,6) | 7,8    | (134%)  |
| <i>Lucro Líquido</i>          | 8,3   | (29,5) | 128%    |
| <i>Movimentação (MM Tons)</i> | 7,3   | 7,4    | (1%)    |

Em 2023, a movimentação atingiu 7,3 milhões de toneladas, uma redução de 1% em relação ao 2022. Essa pequena redução foi reflexo principalmente de uma carga extraordinária movimentada no primeiro trimestre de 2022 e que não se repetiu em 2023 e da diminuição de movimentação de GLP, potencialmente ocasionada pela expansão da rede de distribuição de gás encanado.

A operação do porto no ano de 2023 se mostrou eficiente, com uma média de 98% no índice de disponibilidade de infraestrutura, garantindo o atendimento para o cliente do porto e resultando em uma movimentação produtiva no complexo portuário. A seguir o gráfico que demonstra o indicador:



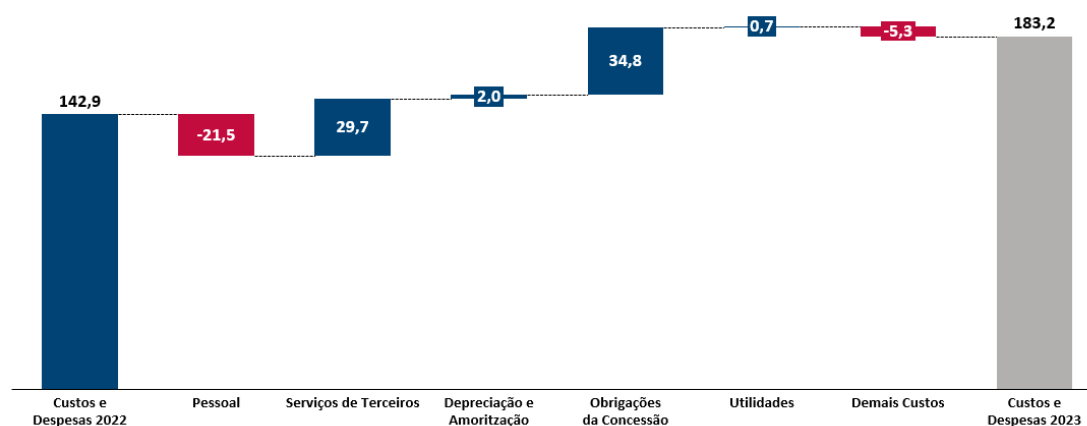
Em 2023 Receita Operacional Líquida, descontados as receitas de construção, totalizou R\$ 230,6 milhões, crescimento de 33% em relação a 2022. Esses números representam um recorde histórico para a companhia. O crescimento da receita foi impulsionado pelos novos contratos firmados durante o ano e no aumento da eficiência econômica na utilização dos ativos, representado pelo aumento da receita líquida mesmo com a movimentação de carga equivalente ao ano anterior, resultado de um incremento significativo nas Receitas Patrimoniais, que aumentaram em 88%.

Em 2023 a composição da Receita Bruta da companhia mudou devido à realização de novos contratos. Em 2022 a receita patrimonial representou 32% do total da receita bruta, em 2023 esse valor passou para 46%, aumento de 14 p.p. na comparação com 2022. A receita de movimentação contratual representou 31% do total da receita bruta, e em 2023 esse valor passou para 23%, redução de 8p.p. na comparação com 2022. Essa alteração reflete a mudança do modelo de negócios, de um modelo dependente amplamente da movimentação de carga e das performances dos operadores, para um modelo que privilegia a valorização da infraestrutura cuja remuneração é majoritariamente fixa, a tabela abaixo demonstra esse novo modelo:

| Receita Bruta (R\$ MM)                    | 2023  | 2022  | Δ %  |
|---|-------|-------|------|
| <i>Receita Patrimonial</i>                | 119,2 | 63,3  | 88%  |
| <i>Receita de Movimentação Contratual</i> | 60,9  | 61,6  | (1%) |
| <i>Receita Tarifária</i>                  | 80,3  | 70,7  | 14%  |
| <i>Total Receita Bruta</i>                | 260,4 | 195,6 | 33%  |

Os Custos e Despesas, descontados os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 183,2 milhões em 2023, crescimento de 28% na comparação com 2022, o aumento é atribuído principalmente ao efeito anual das despesas de Obrigações da Concessão, como a outorga fixa, outorga variável, taxa de fiscalização da ANTAQ, seguros e entregas obrigatórias previstas no contrato. Além disso, o aumento também é resultado do efeito dos serviços de terceiros não recorrentes contratados em 2023, visando acelerar a melhoria da gestão dos ativos e passivos da companhia. Excluindo os efeitos das despesas extraordinárias, o total de Custos e Despesas alcançou R\$ 124,7 milhões em 2023, uma redução de 7% em relação a 2022.





Outras Receitas / Despesas totalizaram em 2023 R\$ 27,0 milhões de despesas, redução de 65% na comparação com 2022. Excluindo a despesa de R\$ 75,5 milhões do PDIV em 2023, o valor de outras receitas/despesa fica positivo em R\$ 48,5 milhões, decorrente, principalmente: (i) receita de outorga de Navegantes no valor de R\$ 31,8 milhões; (ii) outras receitas como créditos tributários, venda de sucata, venda de imobilizado e seguros.

Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 2,6 milhões, uma redução de 134% quando comparado com 2022. O principal fator foi a atualização monetária das ações judiciais de R\$ 6,8 milhões realizada durante o exercício de 2023.

#### PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Acreditamos que ao longo do ano de 2024 seguiremos nossa agenda de geração de valor por meio do (i) aluguel de áreas disponíveis, (ii) captura do efeito anual dos novos contratos firmados ao longo do ano de 2023, (iii) redução de despesas pontuais ocorridas em 2023 devido as obrigações da concessão e (iv) desenvolvimento de áreas *greenfield*.

Atenciosamente,

A Administração.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Vports Autoridade Portuária S.A.  
(anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa)  
Vitória - ES

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Vports Autoridade Portuária S.A. (anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vports Autoridade Portuária S.A. (anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa), em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Benefícios a empregados (Notas Explicativas nºs 19 e 21)

A Vports Autoridade Portuária é uma das entidades patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS - Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) que está estruturada na modalidade de benefício definido. O plano tem por características contribuições mensais em benefício dos empregados, custeado na mesma proporção pela Companhia e empregados.

Para atualização e contabilização dos impactos relacionados ao plano de aposentadoria, a Companhia emprega especialista atuarial independente.

A diversidade de aspectos técnicos específicos, bem como a relevância dos valores envolvidos em relação ao plano de benefícios, torna necessária a aplicação de procedimentos de alto grau de especialização e complexidade que resultam na necessidade do envolvimento de especialistas atuariais e na extensão do esforço de auditoria para tratar desse assunto. Por essas razões consideramos o assunto Plano de Benefícios a Empregados como assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais constituídas pela Companhia decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, e/ou adquiridos como parte de combinações de negócios realizadas no passado.

A Companhia, com o auxílio de seus assessores jurídicos internos e externos, exerce julgamento significativo na determinação do valor das provisões a serem constituídas, bem como a divulgação de processos não provisionados, caso a expectativa de perda seja considerada como possível.

Devido à relevância dos valores envolvidos, do alto grau de julgamento envolvido e, conseqüentemente, da natureza e da extensão do esforço de auditoria necessário para tratar desse assunto, consideramos a avaliação de ações em curso e contingências como assunto significativo para a nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nossa abordagem de auditoria considerou a aplicação dos seguintes procedimentos principais:

- Entendimento das características do plano de benefícios;
- Análise, com a utilização de especialistas atuariais, da metodologia, cenários de julgamento e premissas utilizados pela administração para cálculo das obrigações;
- Comparação das práticas adotadas pela Companhia com as práticas de mercado;
- Avaliação se as práticas adotadas pela Companhia estão em compliance com as determinações da NBC TG 33 (R2) - Benefícios a Empregados;
- Avaliação de sensibilidade considerando diferentes cenários para principais premissas utilizadas, tais como: as principais hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial;
- Análise da evolução de custeio, da variação das provisões matemáticas e dos principais riscos atuariais e possíveis soluções.

Como resultado dos procedimentos aplicados concluímos que os cálculos efetuados e registros das correspondentes provisões conduzidas pela administração são adequadas, bem como é adequada a divulgação efetuada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.

#### Resposta da auditoria ao assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Indagação aos responsáveis pela área jurídica sobre o seu entendimento do estágio em que se encontram as principais ações em cursos de natureza fiscal, trabalhista e cível;
- Obtenção de confirmação externa acerca dos prognósticos de perda e valores processuais junto aos advogados externos da Companhia;
- Confrontação dos controles do departamento Jurídico da Companhia com as informações assessores jurídicos externos;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos razoáveis os níveis de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 "Demonstração do valor adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, para as quais emitimos relatório de opinião datado em 22 de março de 2023, contendo: i) ressalva sobre as limitações decorrentes da validação dos saldos iniciais daquele exercício e, ii) parágrafo de ênfase chamando a atenção para a alteração de controle acionário da Companhia ocorrida em 30 de março de 2022 através de leilão de desestatização.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2024.

# VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

| Ativo                                      |                  |                |                | Passivo e patrimônio líquido                 |                  |                |                |
|--|------------------|----------------|----------------|--|------------------|----------------|----------------|
|  | Nota explicativa | 31/12/2023     | 31/12/2022     |  | Nota explicativa | 31/12/2023     | 31/12/2022     |
| <b>Circulante</b>                          |                  |                |                | <b>Circulante</b>                            |                  |                |                |
| Caixa e Equivalentes de Caixa              | 3                | 162.686        | 82.642         | Fornecedores                                 | 14               | 18.528         | 8.623          |
| Contas a Receber de Clientes               | 4                | 14.313         | 5.621          | Adiantamentos de Clientes - Contas a Receber | 4                | 789            | 2.508          |
| Créditos Negociados Com Clientes           | 5                | -              | 5.400          | Obrigações Tributárias                       | 15               | 7.511          | 605            |
| Estoques                                   |                  | 435            | 75             | Salários e Encargos                          | 16               | 11.714         | 9.910          |
| Tributos a Recuperar                       | 6                | 8.352          | 10.969         | Arrendamento Mercantil                       | 17               | 261            | 493            |
| Despesas Antecipadas                       | 7                | 7.209          | 10.177         | Adiantamento Clientes - Arrendamento         | 18               | 2.000          | 2.000          |
| Outros Créditos                            | 8                | 972            | 1.158          | Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS     | 19               | 9.712          | 9.469          |
| Direito de Outorga Cedido - Circulante     | 22               | 30.867         | -              | Obrigações com Poder Concedente              | 20               | 23.497         | 3.804          |
|  |                  | 224.834        | 116.042        | Benefício Pós Emprego                        | 21               | 1.676          | 1.914          |
|  |                  |                |                | Direito de Outorga Cedido - Circulante       | 22               | 30.867         | -              |
|  |                  |                |                | Outras Contas a Pagar                        | 23               | 4.584          | 881            |
|  |                  |                |                |  |                  | 111.139        | 40.207         |
| <b>Não Circulante</b>                      |                  |                |                | <b>Não Circulante</b>                        |                  |                |                |
| Depósitos Judiciais                        | 9                | 25.837         | 47.585         | Impostos Diferidos                           | 10               | 2.211          | 5.015          |
| Impostos Diferidos                         | 10               | 63.234         | 68.949         | Arrendamento Mercantil                       | 17               | 3.509          | 5.297          |
| Outros Créditos                            | 11               | 2.002          | 8.421          | Adiantamento Clientes - Arrendamento         | 18               | 18.000         | 20.000         |
| Direito de Outorga Cedido - Não Circulante | 22               | 28.044         | -              | Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS     | 19               | 74.596         | 78.040         |
| Investimentos                              |                  | 2              | 2              | Benefício Pós Emprego                        | 21               | 44.220         | 35.653         |
| Imobilizado                                | 12               | 31.711         | 46.979         | Demanda Judicial                             | 24               | 51.560         | 65.406         |
| Intangível                                 | 13               | 614.865        | 710.598        | Obrigações com Poder Concedente              | 20               | 177.659        | 267.897        |
|  |                  | 765.695        | 882.534        | Direito de Outorga Cedido - Não Circulante   | 22               | 28.044         | -              |
|  |                  |                |                | Outras Contas a Pagar                        | 25               | 6.975          | 6.852          |
|  |                  |                |                |  |                  | 406.774        | 484.160        |
|  |                  |                |                |  |                  | 517.913        | 524.367        |
|  |                  |                |                | <b>Patrimônio líquido</b>                    |                  |                |                |
|  |                  |                |                | Capital Social                               | 26.1             | 568.621        | 568.568        |
|  |                  |                |                | Ajustes de Avaliação Patrimonial             | 26.3             | 7.228          | 17.204         |
|  |                  |                |                | Prejuízos Acumulados                         | 26.4             | (103.233)      | (111.563)      |
|  |                  |                |                | Total do Patrimônio Líquido                  |                  | 472.616        | 474.209        |
| <b>Total do Ativo</b>                      |                  | <b>990.529</b> | <b>998.576</b> | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |                  | <b>990.529</b> | <b>998.576</b> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

|   | Nota<br>explicativa | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------------|------------|------------|
| Receita operacional líquida   | 27                  | 241.307    | 172.977    |
| Custo dos Serviços Prestados  | 28                  | (129.280)  | (81.250)   |
| Lucro Bruto   |                     | 112.027    | 91.727     |
| Receitas/(despesas) operacionais  |                     |            |            |
| Despesas gerais e administrativas   | 28                  | (64.679)   | (61.674)   |
| Outras receitas líquidas/(despesas)   | 29                  | (26.987)   | (76.594)   |
| Lucro líquido/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro          |                     | 20.361     | (46.541)   |
| Resultado financeiro  |                     |            |            |
| Receitas Financeiras  | 30                  | 20.200     | 20.515     |
| Despesas Financeiras  | 30                  | (22.832)   | (12.684)   |
| Lucro líquido/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social |                     | 17.729     | (38.710)   |
| Imposto de Renda e Contribuição Social                                      |                     |            |            |
| Correntes   | 10                  | (6.488)    | (7.582)    |
| Diferidos   | 10                  | (2.911)    | 16.780     |
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício                                       |                     | 8.330      | (29.512)   |
| Resultado por Ações Ordinárias em Reais - R\$                               | 26.2                | 0,0012     | (0,0042)   |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

|   | Nota<br>Explicativa | 31/12/2023     | 31/12/2022      |
|---|---------------------|----------------|-----------------|
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício   |                     | 8.330          | (29.512)        |
| Outros resultados abrangentes           | 26.3.               | (9.976)        | 17.744          |
| Resultado abrangente total do exercício |                     | <u>(1.646)</u> | <u>(11.768)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

|                                      | Nota explicativa | Capital social | Adiantamento aumento de capital | Ajustes de avaliação patrimonial | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--------------------------------------|------------------|----------------|---------------------------------|----------------------------------|----------------------|-----------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2021     |                  | 550.292        | 21.197                          | (540)                            | (82.051)             | 488.898                     |
| Outros resultados abrangentes        |                  | -              | -                               | 17.744                           | -                    | 17.744                      |
| Aporte de capital                    |                  | 26.537         | -                               | -                                | -                    | 26.537                      |
| Adiantamento para aumento de capital |                  | -              | (21.197)                        | -                                | -                    | (21.197)                    |
| Redução de capital social            |                  | (8.261)        | -                               | -                                | -                    | (8.261)                     |
| Prejuízo do exercício                |                  | -              | -                               | -                                | (29.512)             | (29.512)                    |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022     |                  | 568.568        | -                               | 17.204                           | (111.563)            | 474.209                     |
| Aporte de capital                    | 26.1.            | 53             | -                               | -                                | -                    | 53                          |
| Outros resultados abrangentes        | 26.3.            | -              | -                               | (9.976)                          | -                    | (9.976)                     |
| Lucro líquido do exercício           | 26.4.            | -              | -                               | -                                | 8.330                | 8.330                       |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023     |                  | 568.621        | -                               | 7.228                            | (103.233)            | 472.616                     |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

|   | <u>31.12.2023</u> | <u>31.12.2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais  |                   |                   |
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício   | 8.330             | (29.512)          |
| Ajustes do exercício  |                   |                   |
| Ao caixa gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais:                           |                   |                   |
| Depreciação e amortização   | 17.172            | 15.180            |
| Baixas de imobilizado e intangível  | 52                | 2.771             |
| Reclassificações de imobilizado e intangível  | 481               | -                 |
| Provisão para risco   | (345)             | 59.919            |
| PECLD de contas a receber   | (3.038)           | 587               |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos  | 2.911             | (16.780)          |
| Imposto de Renda corrente   | 6.488             | 7.582             |
| Adiantamento a clientes - arrendamento  | (2.000)           | (2.000)           |
| Juros sobre arrendamento mercantil  | 414               | 378               |
| Juros sobre Portus e plano de pensão  | 6.173             | 14.231            |
| Juros sobre depósitos judiciais   | (2.163)           | (3.928)           |
| Juros valores negociados com clientes   | -                 | (2.302)           |
| AVP + juros obrigação poder concedente  | -                 | 7.897             |
| Juros complemento de aposentadoria  | 950               | -                 |
| Obrigação com poder concedente  | 44.994            | 3.804             |
| Lucro ajustado  | <u>80.419</u>     | <u>57.827</u>     |
| Variações nas contas de ativos e passivos   |                   |                   |
| Contas a receber de clientes  | (5.654)           | 6.725             |
| Créditos negociados com os clientes   | 5.400             | (1.910)           |
| Estoques  | (360)             | (1)               |
| Tributos a recuperar  | 2.617             | 8.304             |
| Despesas antecipadas  | 2.968             | (10.155)          |
| Depósitos judiciais   | 23.911            | 10.034            |
| Outros créditos   | 6.605             | 300               |
| Fornecedores  | 9.905             | 4.935             |
| Obrigações tributárias  | 5.506             | 2.777             |
| Salários e encargos   | 1.804             | 3.921             |
| Adiantamentos de clientes - contas a receber  | (1.719)           | (627)             |
| Obrigação com poder concedente  | (3.932)           | -                 |
| Pagamento Portus  | (10.423)          | (6.030)           |
| Pagamento de plano de pensão  | (1.548)           | -                 |
| Provisão para risco   | (13.501)          | (8.118)           |
| Outras contas a pagar   | 3.826             | (3.067)           |
| Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais                       | <u>105.824</u>    | <u>7.088</u>      |
| Pagamento de IR e CS  | (4.064)           | (10.987)          |
| Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos | <u>101.760</u>    | <u>53.928</u>     |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento  |                   |                   |
| Imobilizado e intangível  | (21.062)          | (1.175)           |
| Outorga de bonificação  | -                 | (106.000)         |
| Caixa aplicado nas atividades de investimentos  | <u>(21.062)</u>   | <u>(107.175)</u>  |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento  |                   |                   |
| Pagamento de arrendamento   | (707)             | (896)             |
| Devolução AFAC  | -                 | (21.197)          |
| Aumento de capital  | 53                | 26.537            |
| Caixa (aplicado nas)/líquido gerado pelas atividades de financiamento                   | <u>(654)</u>      | <u>4.444</u>      |
| Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa                           | <u>80.044</u>     | <u>(48.803)</u>   |
| Caixa no início do exercício  | 82.642            | 131.445           |
| Caixa no final do exercício   | 162.686           | 82.642            |
| Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa                           | <u>80.044</u>     | <u>(48.803)</u>   |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

|   | <u>31/12/2023</u>     | <u>31/12/2022</u>    |
|---|-----------------------|----------------------|
| Receita   |                       |                      |
| Receita da operação portuária                               | 141.220               | 132.329              |
| Receita de arrendamentos                                    | 119.203               | 63.258               |
| Vendas canceladas   | (202)                 | (920)                |
| Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) | 3.038                 | (587)                |
| Outras  | 52.491                | -                    |
|   | <u>315.750</u>        | <u>194.080</u>       |
| Insumos adquiridos de terceiros                             |                       |                      |
| Custos de serviços prestados                                | (86.821)              | (25.776)             |
| Materiais, água, energia, serviços de terceiros e outros    | (23.317)              | (83.688)             |
|   | <u>(110.138)</u>      | <u>(109.464)</u>     |
| Valor adicionado bruto                                      | <u>205.612</u>        | <u>84.616</u>        |
| Retenções   |                       |                      |
| Depreciação/amortização                                     | (17.188)              | (15.180)             |
| Valor adicionado produzido pela entidade                    | <u>188.424</u>        | <u>69.436</u>        |
| Valor adicionado recebido em transferência                  |                       |                      |
| Receitas financeiras  | 20.200                | 20.515               |
| Outras  | -                     | 66                   |
| Valor adicionado a distribuir                               | <u>208.624</u>        | <u>90.017</u>        |
| Distribuição do valor adicionado                            |                       |                      |
| Pessoal   |                       |                      |
| Remuneração direta  | 79.921                | 46.255               |
| Benefícios a empregados                                     | 26.022                | 31.830               |
| Honorários de conselhos                                     | 1.386                 | 567                  |
| FGTS  | 17.468                | 2.831                |
| Tributos  |                       |                      |
| Federais  | 46.640                | 21.094               |
| Estaduais e municipais                                      | 4.483                 | 3.861                |
| Juros e variações monetárias                                | 22.832                | 12.684               |
| Aluguéis  | 1.542                 | 407                  |
| Remuneração de capital próprio                              |                       | -                    |
| Lucro líquido/(prejuízo) do exercício                       | 8.330                 | (29.512)             |
| Valor adicionado distribuído                                | <u><u>208.624</u></u> | <u><u>90.017</u></u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Vports Autoridade Portuária S.A., anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A Vports tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 ("Contrato de concessão"), e Edital nº 01/2022 - PPI/PND ("Edital").

#### 1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações antes de propriedade da União Federal e dos Estado do Espírito Santo foram compradas pela Holding Vports em setembro de 2022. Na ocasião 10% das ações da união foram reservadas para oferta aos empregados e aposentados, conforme previsto no Edital do Leilão nº 01/2022.

A sobra de ações não adquiridas pelos empregados e aposentados foi adquirida pela Holding Vports que hoje detém 99,31% das ações da Companhia.

#### 1.2. Concessão do Porto Organizado

No mesmo mês da venda das ações da Companhia, foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Vports (anteriormente chamada de CODESA), cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 07 de março de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade da *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistentes com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A Companhia tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Reconhecimento de receitas e despesas

2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2.6. Tributação

### 2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

### 2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando sua realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Anualmente a Companhia avalia a realização do imposto diferido ativo e, caso sua utilização não seja provável, o saldo não é reconhecido.

### 2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços

Em operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços ("ISS") é calculado de maneira similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia mantém atividade é de 5,00%.

## 2.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- iii. Ao valor justo por meio do resultado.

## 2.8. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

#### 2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

#### 2.8.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em Reais (R\$), para os quais não existem multas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

##### 2.8.2.1. Contas a receber e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

##### 2.8.2.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

### 2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

## 2.9. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, termo de compromisso com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

### 2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente fornecedores.

## 2.10. Desreconhecimento (baixa)

### 2.10.1. Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou (iii) a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo que venha a: (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

### 2.10.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.11. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

### 2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de maneira linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 9,92% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento.

Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Companhia foram certos contratos de locações de imóveis.

### 2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

### 2.14. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2.15. Redução ao valor recuperável ("impairment")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

2.17. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício e/ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

2.18. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

2.19. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2.20. Distribuições de lucros

Conforme previsto no estatuto da Companhia a distribuição de lucros aos sócios poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que haja levantamento de balanço ou balancete intermediário que demonstre lucro acumulado.

A política de dividendos da Companhia, determina que o lucro líquido apurado, de acordo com a legislação pertinente, terá a seguinte destinação:

- i. Absorção de prejuízos acumulados;
- ii. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- iii. No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Vports.

O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

## 2.21. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 2.21.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

#### 2.21.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

- a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b) Provisões para riscos:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 24). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c) Realização do imposto de renda diferido:

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

## 2.22. Receita e custo de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita e o custo de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

|                              | 31/12/2023     | 31/12/2022    |
|------------------------------|----------------|---------------|
| Bancos conta movimento       | 1.008          | 2.694         |
| Operações compromissadas (a) | 161.678        | 79.948        |
| Total                        | <u>162.686</u> | <u>82.642</u> |

(a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

4. Contas a receber e adiantamentos de clientes

|   | 31/12/2023    | 31/12/2022   |
|---|---------------|--------------|
| Faturas a receber de clientes                 | 20.669        | 15.015       |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (6.356)       | (9.394)      |
| Contas a receber                              | <u>14.313</u> | <u>5.621</u> |
| Adiantamentos de clientes (passivo)           | (789)         | (2.508)      |

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito a incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PECLD na Companhia é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos há mais de 180 dias. Nessa situação, além dos créditos vencidos há mais de 180 dias, considera-se como perda estimada todos os créditos do cliente, independentemente do seu vencimento. Além da provisão estimada de 0,1% sobre todos os demais títulos, vencidos e a vencer ainda não provisionados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, a movimentação se deve principalmente a mudança praticada pela Companhia para a recepção de navios, onde as tarifas portuárias praticadas precisam ser 100% adiantadas.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

|                                      | Valor          |
|--------------------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022     | (9.394)        |
| Constituição por estimativa (IFRS 9) | (2.888)        |
| Reversão                             | 5.926          |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023     | <u>(6.356)</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O critério gerencial estabelecido pela Companhia atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC 48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

|                   | 31/12/2023    |                | 31/12/2022    |                |
|-------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|                   | Cientes       | PECLD          | Cientes       | PECLD          |
| A vencer          | 10.545        | (13)           | 4.263         | -              |
| Títulos vencidos: |               |                |               |                |
| Até 30 dias       | 748           | (9)            | 1.287         | -              |
| De 31 a 60 dias   | -             | -              | 1             | (1)            |
| De 61 a 180 dias  | 64            | (21)           | 236           | (165)          |
| De 181 a 365 dias | 76            | -              | 344           | (344)          |
| Mais de 365 dias  | 9.236         | (6.313)        | 8.884         | (8.884)        |
| Total             | <u>20.669</u> | <u>(6.356)</u> | <u>15.015</u> | <u>(9.394)</u> |

## 5. Créditos negociados com clientes

|   | 31/12/2023 | 31/12/2022   |
|---|------------|--------------|
| Títulos a receber de clientes                 | 12.484     | 17.884       |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (12.484)   | (12.484)     |
| Total de contas a receber                     | <u>-</u>   | <u>5.400</u> |

A movimentação de queda observada na comparação de 31 de dezembro de 2023 com 31 de dezembro de 2022, refere-se ao recebimento dos títulos negociados.

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

|                   | 31/12/2023    |                 | 31/12/2022    |                 |
|-------------------|---------------|-----------------|---------------|-----------------|
|                   | Cientes       | PECLD           | Cientes       | PECLD           |
| A vencer          | -             | -               | 5.400         | -               |
| Títulos vencidos: |               |                 |               |                 |
| Mais de 365 dias  | 12.484        | (12.484)        | 12.484        | (12.484)        |
| Total             | <u>12.484</u> | <u>(12.484)</u> | <u>17.884</u> | <u>(12.484)</u> |

## 6. Tributos a recuperar

| Descrição               | 31/12/2023   | 31/12/2022    |
|-------------------------|--------------|---------------|
| IRPJ a compensar        | 2.829        | 6.573         |
| CSLL a compensar        | 1.755        | 1.431         |
| INSS retido a compensar | 216          | 151           |
| PIS a compensar         | 503          | 472           |
| COFINS a compensar      | 3.049        | 2.245         |
| Outros tributos         | -            | 97            |
| Total                   | <u>8.352</u> | <u>10.969</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas antecipadas

|   | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Licença de software                     | 50                | 82                |
| Seguro de vida usuários e terceiros     | -                 | 14                |
| Seguros responsabilidade civil adm. (b) | 277               | 155               |
| Seguros bens móveis e imóveis (b)       | 2.881             | 2.393             |
| Dragagem de manutenção (a)              | 3.717             | 7.435             |
| Seguro garantia concessão (b)           | 63                | 83                |
| Seguro garantia judicial                | 221               | 15                |
| Total                                   | <u>7.209</u>      | <u>10.177</u>     |

(a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram registrados no balanço como despesas antecipadas a sua apropriação está ocorrendo no resultado de acordo com a perspectiva de obtenção de benefício econômico desse serviço visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Companhia, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória do setor portuário (SICARSPANTAQ), reflete o impacto no resultado pelo princípio da competência. Parte do valor da dragagem encontra-se no grupo de Outros créditos, registrada no não circulante (Nota Explicativa nº 12);

(b) Seguros obrigatórios do contrato de concessão.

8. Outros créditos

|                                | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Adiantamento a funcionários    | 235               | 1.094             |
| Assistência médica a recuperar | 42                | 59                |
| Outros créditos                | 695               | 5                 |
| Total                          | <u>972</u>        | <u>1.158</u>      |

9. Depósitos judiciais

|                  | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Trabalhista      | 22.627            | 33.277            |
| Recursal         | -                 | 3.739             |
| Cível/tributário | 3.210             | 10.569            |
| Total            | <u>25.837</u>     | <u>47.585</u>     |

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no exercício:

|                             | Trabalhista   | Recursal | Cível/<br>Tributário | Total         |
|-----------------------------|---------------|----------|----------------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2022         | 33.277        | 3.739    | 10.569               | 47.585        |
| Depósitos/bloqueio          | 3.579         | 415      | 264                  | 4.258         |
| Atualização                 | 1.875         | 66       | 222                  | 2.163         |
| Saque                       | (7.778)       | -        | (4.244)              | (12.022)      |
| Resgate                     | (15.822)      | (639)    | (627)                | (17.088)      |
| Ajuste saldo/transferências | 7.496         | (3.581)  | (2.974)              | 941           |
| Saldo em 31/12/2023         | <u>22.627</u> | <u>-</u> | <u>3.210</u>         | <u>25.837</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saques são oriundos a pagamentos de acordos efetuados dos processos, enquanto os resgates tratam de valores retornados ao caixa da empresa após decisão judicial.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

|   | 31/12/2023     | 31/12/2022   |
|---|----------------|--------------|
| I - Lucro/(prejuízo) antes da tributação                                    | 17.729         | (38.710)     |
| II - Impostos diferidos acumulados  | -              | -            |
| III - Base de Cálculo   | 17.729         | (38.710)     |
| IV- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas CSLL | 8.207          | 12.183       |
| V- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas IR    | 8.207          | 12.183       |
| VI - Compensação de prejuízos fiscais                                       | (7.781)        | -            |
| VII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para CSLL                     | 18.155         | (26.527)     |
| VIII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para IRPJ                    | 18.155         | (26.527)     |
| IX- Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ                              |                |              |
| Alíquotas de 15% IRPJ   | 4.824          | 3.979        |
| Alíquota adicional de 10% IRPJ  | 2.007          | 2.677        |
| Alíquotas de 9% CSLL  | 2.575          | 2.387        |
| Incentivos fiscais  | (7)            | 155          |
| X - Taxa efetiva:   |                |              |
| IRPJ e CSLL ajustados   | 9.399          | 9.198        |
| Alíquota efetiva  | (53,01%)       | (23,76%)     |
| IRPJ e CSLL Correntes   | (6.488)        | (7.582)      |
| IRPJ e CSLL Diferidos   | (2.911)        | 16.780       |
| Total   | <u>(9.399)</u> | <u>9.198</u> |

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA  
(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Ativo   | 31/12/2023    |               |               | 31/12/2022    |               |               |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|   | IRPJ          | CSLL          | Total         | IRPJ          | CSLL          | Total         |
| Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL | 24.111        | 9.310         | 33.421        | 26.265        | 10.087        | 36.352        |
| Diferenças temporárias                            |               |               |               |               |               |               |
| Provisão para perdas de créditos                  | 3.409         | 1.227         | 4.636         | 3.217         | 1.158         | 4.375         |
| Provisão para demanda judicial                    | 12.890        | 4.640         | 17.530        | 16.351        | 5.887         | 22.238        |
| Outras  | 5.623         | 2.024         | 7.647         | 4.400         | 1.584         | 5.984         |
|   | 21.922        | 7.891         | 29.813        | 23.968        | 8.629         | 32.597        |
| <b>Total</b>                                      | <b>46.033</b> | <b>17.201</b> | <b>63.234</b> | <b>50.233</b> | <b>18.716</b> | <b>68.949</b> |

| Passivo                        | 31/12/2023     |              |                | 31/12/2022     |                |                |
|--------------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                | IRPJ           | CSLL         | Total          | IRPJ           | CSLL           | Total          |
| Depreciação fiscal x gerencial | (1.001)        | (360)        | (1.361)        | (3.688)        | (1.327)        | (5.015)        |
| Outros passivos diferidos      | (625)          | (225)        | (850)          | -              | -              | -              |
| <b>Total</b>                   | <b>(1.626)</b> | <b>(585)</b> | <b>(2.211)</b> | <b>(3.688)</b> | <b>(1.327)</b> | <b>(5.015)</b> |

11. Outros créditos não circulantes

| Descrição                | 31/12/2023   | 31/12/2022   |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Fundos de investimentos  | -            | 14           |
| Créditos a recuperar (b) | 1.590        | 4.629        |
| Despesas antecipadas (a) | 412          | 3.778        |
| <b>Total</b>             | <b>2.002</b> | <b>8.421</b> |

- (a) Trata-se de parte do gasto com a dragagem de manutenção que será amortizado por um período de dois anos conforme informado na Nota Explicativa nº 7.
- (b) A movimentação observada se deve principalmente pelo recebimento do crédito de FUNDAF no qual a Companhia aguardava o ressarcimento pela Receita Federal do Brasil e teve o valor recebido no exercício de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

|                                      | % Taxa de depreciação a.a. | 31 de dezembro de 2023 |                       |               |
|--------------------------------------|----------------------------|------------------------|-----------------------|---------------|
|                                      |                            | Custos                 | Depreciação acumulada | Custo líquido |
| Instalações                          | 10                         | 17.456                 | (3.132)               | 14.324        |
| Veículos                             | 5                          | 433                    | (311)                 | 122           |
| Máquinas, equipamentos e ferramentas | 10                         | 9.002                  | (8.931)               | 71            |
| Equipamentos de informática          | 20                         | 4.739                  | (619)                 | 4.120         |
| Móveis e utensílios                  | 10                         | 784                    | (385)                 | 399           |
| Direito de uso de ativo              |                            | 5.065                  | (1.800)               | 3.265         |
| Imobilizações em andamento           |                            | 9.410                  | -                     | 9.410         |
|                                      |                            | <u>46.889</u>          | <u>(15.178)</u>       | <u>31.711</u> |
| 31 de dezembro de 2022               |                            |                        |                       |               |
|                                      | % Taxa de depreciação a.a. | Custos                 | Depreciação acumulada | Custo líquido |
| Instalações                          | 10                         | 17.688                 | (3.820)               | 13.868        |
| Veículos                             | 5                          | 664                    | (446)                 | 218           |
| Máquinas, equipamentos e ferramentas | 10                         | 8.939                  | (8.935)               | 4             |
| Equipamentos de informática          | 20                         | 820                    | (589)                 | 231           |
| Móveis e utensílios                  | 10                         | 1.001                  | (844)                 | 157           |
| Direito de uso de ativo              |                            | 7.238                  | (1.881)               | 5.357         |
| Imobilizações em andamento           |                            | 27.144                 | -                     | 27.144        |
|                                      |                            | <u>63.494</u>          | <u>(16.515)</u>       | <u>46.979</u> |



VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1. Movimentação do imobilizado

|                                      | 31 de dezembro de<br>2022 | Aquisições   | Baixas          | Reclassificações | Transferências   | Antecipação de crédito<br>de PIS/COFINS | Depreciação    | 31 de dezembro de<br>2023 |
|--------------------------------------|---------------------------|--------------|-----------------|------------------|------------------|---|----------------|---------------------------|
| Instalações                          | 13.868                    | 145          | (9)             | -                | 1.077            | (69)                                    | (688)          | 14.324                    |
| Veículos                             | 218                       | -            | (5)             | -                | -                | (11)                                    | (80)           | 122                       |
| Máquinas, equipamentos e ferramentas | 4                         | 68           | -               | -                | -                | -                                       | (1)            | 71                        |
| Equipamentos de informática          | 231                       | 334          | -               | -                | 3.893            | (1)                                     | (337)          | 4.120                     |
| Móveis e utensílios                  | 157                       | 6            | (38)            | -                | 317              | -                                       | (43)           | 399                       |
| Direito de uso de ativo              | 5.357                     | -            | -               | (1.727)          | -                | (19)                                    | (346)          | 3.265                     |
| Imobilizações em andamento (a)       | 27.144                    | 3.325        | -               | (150)            | (20.909)         | -                                       | -              | 9.410                     |
|                                      | <u>46.979</u>             | <u>3.878</u> | <u>(52)</u>     | <u>(1.877)</u>   | <u>(15.622)</u>  | <u>(100)</u>                            | <u>(1.495)</u> | <u>31.711</u>             |
|                                      | 31 de dezembro de<br>2021 | Aquisições   | Baixas          | Reclassificações | Transferências   | Antecipação de crédito<br>de PIS/COFINS | Depreciação    | 31 de dezembro de<br>2022 |
| Terrenos                             | 8.261                     | -            | (8.261)         | -                | -                | -                                       | -              | -                         |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 348.153                   | 160          | -               | -                | (462.703)        | (301)                                   | 114.691        | -                         |
| Instalações                          | 19.831                    | 108          | -               | -                | (15.307)         | (102)                                   | 9.338          | 13.868                    |
| Veículos                             | 310                       | -            | -               | -                | -                | (9)                                     | (83)           | 218                       |
| Máquinas, equipamentos e ferramentas | 63                        | 229          | -               | -                | (1.360)          | (11)                                    | 1.083          | 4                         |
| Equipamentos de informática          | 191                       | 86           | -               | -                | -                | -                                       | (46)           | 231                       |
| Móveis e utensílios                  | 194                       | -            | -               | -                | -                | -                                       | (37)           | 157                       |
| Direito de uso de ativo              | 5.537                     | 2.137        | (1.661)         | -                | -                | (52)                                    | (604)          | 5.357                     |
| Imobilizações em andamento           | 33.332                    | 1.006        | (2.771)         | -                | (4.423)          | -                                       | -              | 27.144                    |
|                                      | <u>415.872</u>            | <u>3.726</u> | <u>(12.693)</u> | <u>-</u>         | <u>(483.793)</u> | <u>(475)</u>                            | <u>124.342</u> | <u>46.979</u>             |

(a) As adições referem-se principalmente a aquisição de câmeras de vigilância para área interna do porto, onde está sendo atualizado todo o sistema de segurança e monitoramento interno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a assinatura do contrato de concessão, os bens classificados no Imobilizado que serão reversíveis ao final do contrato ao poder concedente foram transferidos para o Intangível conforme ICPC 01 (R1). A depreciação dos bens remanescentes no imobilizado após a transferência dos bens reversíveis da concessão permaneceram as taxas já utilizadas.

O valor líquido do imobilizado em operação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 31.711, dos quais R\$ 13.029 (41%) referem-se ao Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações, conhecido por Vessel Traffic Management Information System (VTMIS), formado por equipamentos, softwares, computadores, radares, sinalização, câmeras, rede lógica, alimentação elétrica, entre outros.

### 13. Intangível

|                             | % Taxa de depreciação a.a. | 31 de dezembro de 2023 |                       |                        |
|-----------------------------|----------------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
|                             |                            | Custos                 | Amortização acumulada | Custo líquido          |
| Software                    | 5                          | 111                    | (10)                  | 101                    |
| Marcas e patentes           |                            | 296                    | -                     | 296                    |
| Bens anteriores a concessão | 35                         | 1.320                  | (1.320)               | -                      |
| Outorga fixa                | 35                         | 148.394                | (5.299)               | 143.095                |
| Outorga à vista             | 35                         | 106.000                | (3.786)               | 102.214                |
| Ativos da concessão         | 35                         | 367.850                | (12.555)              | 355.295                |
| Investimentos em andamento  |                            | 13.864                 | -                     | 13.864                 |
|                             |                            | <u>637.835</u>         | <u>(22.970)</u>       | <u>614.865</u>         |
|                             |                            |                        |                       | 31 de dezembro de 2022 |
|                             | % Taxa de depreciação a.a. | Custos                 | Amortização acumulada | Custo líquido          |
| Software                    | 5                          | 10                     | (10)                  | -                      |
| Bens anteriores a concessão | 35                         | 5.607                  | (5.607)               | -                      |
| Outorga fixa                | 35                         | 260.000                | (1.857)               | 258.143                |
| Outorga à vista             | 35                         | 106.000                | (757)                 | 105.243                |
| Ativos da concessão         | 35                         | 349.647                | (2.435)               | 347.212                |
|                             |                            | <u>721.264</u>         | <u>(10.666)</u>       | <u>710.598</u>         |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.1. Movimentação do intangível

|                                | 31 de dezembro de 2022 | Aquisições     | Baixas       | Reclassificações (b) | Transferências (a) | Antecipação de crédito de PIS/COFINS | Amortização     | 31 de dezembro de 2023 |
|--------------------------------|------------------------|----------------|--------------|----------------------|--------------------|--------------------------------------|-----------------|------------------------|
| Software                       | -                      | 111            | -            | -                    | -                  | -                                    | (10)            | 101                    |
| Marcas e patentes              | -                      | 296            | -            | -                    | -                  | -                                    | -               | 296                    |
| Outorga fixa                   | 258.143                | -              | -            | (111.606)            | -                  | -                                    | (3.442)         | 143.095                |
| Outorga à vista                | 105.243                | -              | -            | -                    | -                  | -                                    | (3.029)         | 102.214                |
| Ativos da concessão            | 347.212                | 4.133          | -            | 35                   | 14.035             | (924)                                | (9.196)         | 355.295                |
| Investimentos em andamento (c) | -                      | 12.644         | -            | (367)                | 1.587              | -                                    | -               | 13.864                 |
|                                | <u>710.599</u>         | <u>17.184</u>  | <u>-</u>     | <u>(111.938)</u>     | <u>15.622</u>      | <u>(924)</u>                         | <u>(15.677)</u> | <u>614.865</u>         |
|                                | 31 de dezembro de 2021 | Aquisições     | Baixas       | Reclassificações     | Transferências     | Antecipação de crédito de PIS/COFINS | Amortização     | 31 de dezembro de 2022 |
| Bens anteriores a concessão    | -                      | -              | (817)        | -                    | -                  | -                                    | 817             | -                      |
| Outorga fixa                   | -                      | 260.000        | -            | -                    | -                  | -                                    | (1.857)         | 258.143                |
| Outorga à vista                | -                      | 106.000        | -            | -                    | -                  | -                                    | (757)           | 105.243                |
| Ativos da concessão            | 359                    | -              | -            | -                    | 349.287            | (43)                                 | (2.391)         | 347.212                |
|                                | <u>359</u>             | <u>366.000</u> | <u>(817)</u> | <u>-</u>             | <u>349.287</u>     | <u>(43)</u>                          | <u>(4.188)</u>  | <u>710.598</u>         |

- (a) O valor de R\$ 15.622 em 31 de dezembro de 2023 classificado como “transferência”, na presente nota, e nota de imobilizado (Nota Explicativa nº 12) refere-se à finalização de obra da Cadeia Logística Portuária Integrada que ainda estava em andamento antes da privatização e naquele momento, era então ativo imobilizado, passado a ativo intangível após sua finalização por se tratar de um bem reversível conforme o ICPC 01 (R1). Também é observado a adição de R\$ 12.644 que se referem principalmente em obras conforme o contrato de concessão;
- (b) A coluna de “reclassificações” apresentada na presente nota decorrem no seu valor com maior expressão o impacto da mudança na taxa de desconto conforme explicito na Nota Explicativa nº 20.3;
- (c) As adições observadas referem-se em sua maioria às obras do contrato de concessão, entre elas se destacam a reforma dos armazéns do Cais Comercial em Vitória, e os projetos de reforma da pera ferroviária de Capuaba em Vila Velha.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato. O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados. Todos os bens intangíveis relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

14. Fornecedores

|                          | 31/12/2023    | 31/12/2022   |
|--------------------------|---------------|--------------|
| Fornecedores de serviços | 17.441        | 8.053        |
| Fornecedores de material | 1.087         | 570          |
| Total                    | <u>18.528</u> | <u>8.623</u> |

O aumento observado na linha de fornecedores de serviços se deve principalmente pelo início das obras do contrato de concessão, os demais valores são compostos substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática.

15. Obrigações tributárias

|                      | 31/12/2023   | 31/12/2022 |
|----------------------|--------------|------------|
| COFINS a recolher    | 2.404        | 305        |
| PIS a recolher       | 518          | 2          |
| ISS a recolher       | 641          | 298        |
| IRPJ/CSLL a recolher | 3.948        | -          |
| Total                | <u>7.511</u> | <u>605</u> |

16. Salários e encargos

|   | 31/12/2023    | 31/12/2022   |
|---|---------------|--------------|
| Salários, férias e outras gratificações | 10.218        | 6.641        |
| INSS a recolher                         | 510           | 1.057        |
| FGTS a recolher                         | 109           | 352          |
| IRRF sobre a folha de pagamento         | 453           | 1.552        |
| Outras obrigações trabalhistas          | 424           | 308          |
| Total                                   | <u>11.714</u> | <u>9.910</u> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Arrendamento mercantil

| Arrendamento (passivo) | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Juros Apropriados | Variação monetária/ Efeitos de renovação | Pagamentos     | Saldo em 31/12/2023 |
|------------------------|---------------------|---------|-------------------|--|----------------|---------------------|
| Imóveis                | 5.790               | -       | 398               | (1.711)                                  | (707)          | 3.770               |
| Circulante             | 493                 |         |                   |  | Circulante     | 261                 |
| Não Circulante         | 5.297               |         |                   |  | Não circulante | 2.509               |

| Arrendamento (passivo) | Saldo em 31/12/2021 | Adições | Juros Apropriados | Variação monetária/ Efeitos de renovação | Pagamentos     | Saldo em 31/12/2022 |
|------------------------|---------------------|---------|-------------------|--|----------------|---------------------|
| Imóveis                | 5.564               | 2.137   | 378               | (1.393)                                  | (896)          | 5.790               |
| Circulante             | 562                 |         |                   |  | Circulante     | 493                 |
| Não Circulante         | 5.002               |         |                   |  | Não circulante | 5.297               |

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros de 9,92%. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde encontra-se à sede administrativa da Companhia e aluguel de uma área onde encontra-se instalado uma torre integrante do sistema VTMS.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

|         | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 até o término dos contratos |
|---------|------|------|------|----------------------------------|
| Imóveis | 261  | 288  | 318  | 2.642                            |

18. Adiantamento arrendamento cliente

| Descrição                    | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------|------------|------------|
| Arrendamentos circulante     | 2.000      | 2.000      |
| Arrendamentos não circulante | 18.000     | 20.000     |
| Total                        | 20.000     | 22.000     |

Valor recebido antecipadamente referente ao contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02 de fevereiro de 2008 a 30 de setembro de 2033, que visa atender ao Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural (PLANGÁS), instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do Processo Administrativo nº 3453/2007.

## VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Termo de compromisso financeiro - Portus

| Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|------------|------------|
| Circulante                              | 9.712      | 9.469      |
| Não circulante                          | 74.596     | 78.040     |
| Total                                   | 84.308     | 87.509     |

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro (TCF) com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho de 2035;
- Sistema *Price* de amortização;
- atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A seguir, a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no exercício:

|  | Valor (R\$) |
|--|-------------|
| Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2022 | 87.509      |
| (+) Juros                              | 4.508       |
| (-) Pagamentos                         | (10.423)    |
| (+/-) Atualização/Ajustes              | 2.714       |
| Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2023 | 84.308      |

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa pré-fixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Operação  | Risco | Exposição | Cenário provável I | Cenário provável II (+25%) | Cenário provável III (+50%) | Cenário provável II (-25%) | Cenário provável III (-50%) |
|---|-------|-----------|--------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Passivos Financeiros<br>Empréstimos e<br>Financiamentos | INPC  | 84.308    | 3.128              | 3.910                      | 4.692                       | 2.346                      | 1.564                       |

## 20. Obrigações com o poder concedente

### 20.1. Curto prazo

|                    | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------|------------|------------|
| Outorga variável   | 21.919     | 3.476      |
| Terreno Greenfield | 1.578      | 328        |
| Total              | 23.497     | 3.804      |

#### 20.1.1. Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do exercício, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

#### 20.1.2. Obrigação sobre terreno Greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno Greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

### 20.2. Longo prazo

|                         | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------------|------------|------------|
| Outorga Fixa            | 618.850    | 618.850    |
| Ajuste a Valor Presente | (470.456)  | (355.246)  |
| Atualização IPCA        | 29.265     | 4.293      |
| Total                   | 177.659    | 267.897    |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 13 e o Passivo conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

### 20.3. Revisão de taxa de desconto

A Companhia, se valendo das boas práticas e regras contábeis, revisou e atualizou a sua taxa de desconto aplicada a seus demonstrativos contábeis, que eram de 5,53% para 9,92%.

A definição da taxa de desconto em 5,53% foi baseada na compreensão de que, considerando as particularidades da dinâmica de mercado em que a atividade de autoridade portuária se insere. A autoridade portuária mescla serviços de logística, infraestrutura de *utilities*, negócios imobiliários, entre outros. Portanto, a melhor estimativa foi um pool de debêntures de infraestrutura, sem concentração setorial específica ("Carteira de Comparáveis").

A modelagem econômico-financeira da atividade de autoridade portuária é orientada pela ANTAQ com análises setoriais específicas, que almejam contribuir com melhores estimativas para as empresas do setor bem como orientar discussões regulatórias de reequilíbrio e avaliação econômica. Diferentemente de terminais portuários, explorados em regime de concessão há mais de 25 anos, as autoridades portuárias seguem públicas, exceto pela Companhia.

A compreensão do modelo de negócios, ainda que correta desde o início, aumentou e reconheceu fatores de influência distintos daqueles reconhecidos desde o início do Contrato de Concessão. As discussões regulatórias com o Poder Concedente e com a ANTAQ aponta que novos fatos ao longo do ano de 2023 indicam a necessidade de revisão do pool de riscos que levaram ao emprego da Carteira de Comparáveis.

Com base nas considerações acima, a Companhia realizou uma pesquisa com o intuito de reavaliar a taxa de desconto vigente. Foram levantados os relatórios de modelagem econômico-financeira da ANTAQ, onde é abordado o custo médio ponderado do capital adequado ao setor portuário



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 23 menciona no item 38 que as alterações em mudanças de taxas devem afetar os resultados correntes da companhia, e por isso, avaliamos que o ideal é contabilizar os efeitos da mudança no resultado corrente.

Diante de todos os argumentos aqui mencionados, a administração da Companhia conclui que a atualização da taxa se torna convergente ao modelo de negócio econômico-financeiro da companhia e procede com a atualização no exercício de 2023.

## 21. Benefício pós emprego

A Companhia contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS e complemento de aposentadoria:

|                              | 31/12/2023    | 31/12/2022    |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Complementação aposentadoria | 1.676         | 1.914         |
| Total curto prazo            | <u>1.676</u>  | <u>1.914</u>  |
| Complementação aposentadoria | 10.012        | 10.029        |
| PORTUS                       | 34.208        | 25.624        |
| Total longo prazo            | <u>44.220</u> | <u>35.653</u> |

### 21.1. PORTUS

| Saldo plano pensão Portus             | 31/12/2023    | 31/12/2022    |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial                         | 25.624        | 46.210        |
| Ajustes cálculo atuarial no exercício | (1.049)       | (2.842)       |
| Ajuste ORA                            | 9.633         | (17.744)      |
| Saldo final                           | <u>34.208</u> | <u>25.624</u> |

### 21.2. Complemento de aposentadoria

| Saldo complemento de aposentadoria    | 31/12/2023    | 31/12/2022    |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo Inicial                         | 11.943        | 11.943        |
| Benefícios pagos                      | (1.548)       | -             |
| Ajustes cálculo atuarial no exercício | 950           | -             |
| Ajuste ORA                            | 343           | -             |
| Saldo final                           | <u>11.688</u> | <u>11.943</u> |

## 22. Direito de outorga cedido

|  | 31/12/2023    | 31/12/2022 |
|--|---------------|------------|
| Direito de outorga cedido - circulante     | 30.867        | -          |
| Direito de outorga cedido - não circulante | 28.044        | -          |
| Total                                      | <u>58.911</u> | <u>-</u>   |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegante de área para movimentação, armazenagem e distribuição de grânéis líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidados em 5 anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Companhia, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Companhia, em função disso, registrar o direito de recebimento das 3 parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado a receita na medida em que as condições precedentes sejam cumpridas.

Os valores apresentados na presente nota são idênticos em ativos e passivos, pois ao mesmo tempo que a Companhia tem o direito do recebimento dos valores, ela tem a obrigação decorrente do compromisso do contrato e suas particularidades de acordo com sua vigência.

23. Outras contas a pagar

|                                       | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| Credores diversos                     | 414        | 276        |
| Credores depósitos caucionados        | 58         | 57         |
| Provisão de bônus a colaboradores (a) | 3.285      | -          |
| Depósitos e consignações              | 597        | 297        |
| Assistência médica                    | 230        | 251        |
| Total                                 | 4.584      | 881        |

(a) A realização do desembolso da provisão de bônus a colaboradores, tem a expectativa de ocorrer durante o exercício de 2024.

24. Demanda judicial

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia, as ações em que a Vports (anteriormente CODESA) é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Provisões para demandas judiciais classificadas como perdas prováveis

|   | 31/12/2023    | 31/12/2022    |
|---|---------------|---------------|
| Provisão provável para demandas judiciais |               |               |
| Processos trabalhistas                    | 26.843        | 25.147        |
| Processos cíveis                          | 24.717        | 34.689        |
| Processos tributários                     | -             | 5.570         |
| Total                                     | <u>51.560</u> | <u>65.406</u> |

A partir de 31 de dezembro de 2022 as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para demandas judiciais prováveis:

|                                  | Processos<br>trabalhistas | Processos<br>cíveis | Processos<br>tributários | Total         |
|----------------------------------|---------------------------|---------------------|--------------------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 11.701                    | 1.904               | -                        | 13.605        |
| Complemento de provisão          | 20.342                    | 34.007              | 5.570                    | 59.919        |
| Pagamentos/baixas de alvarás     | (6.896)                   | (1.222)             | -                        | (8.118)       |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | <u>25.147</u>             | <u>34.689</u>       | <u>5.570</u>             | <u>65.406</u> |
| Complemento de provisão          | 7.518                     | 4.090               | 367                      | 11.975        |
| Pagamentos/baixas de alvarás     | (5.822)                   | (1.326)             | (7.043)                  | (14.191)      |
| (-) Reversões de provisões       | -                         | -                   | (11.630)                 | (11.630)      |
| Transferência de saldos          | -                         | (12.736)            | 12.736                   | -             |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | <u>26.843</u>             | <u>24.717</u>       | <u>-</u>                 | <u>51.560</u> |

b. Demandas judiciais classificadas como perdas possíveis

|                              | 31/12/2023     | 31/12/2022     |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Demandas Judiciais Possíveis |                |                |
| Processos trabalhistas       | 60.440         | 16.577         |
| processos cíveis             | 117.586        | 278.989        |
| Processos tributários        | 8.469          | 708            |
| Total                        | <u>186.495</u> | <u>296.274</u> |

Dentre os principais processos classificados como perdas possíveis podemos destacar:

- Frannel no valor de R\$ 7.358. A Frannel ajuizou a presente ação com o intuito de cancelar protesto de título realizado pela Vports (antiga CODESA), bem como esta seja impedida de realizar qualquer cobrança.

24.1. Entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada nessa avaliação, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos.

25. Outras contas a pagar não circulante

|                      | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|----------------------|------------|------------|
| Obrigações Convênios | 6.975      | 6.852      |
| Total                | 6.975      | 6.852      |

26. Patrimônio Líquido

26.1. Capital social

|                 | 31/12/2023    | 31/12/2022    |
|-----------------|---------------|---------------|
| Capital social  | 568.621       | 568.568       |
| Ações ordinária | 7.066.362.882 | 7.065.304.092 |

A Companhia obteve aumento de capital de R\$ 53 entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023 referente ao capital investido por acionistas minoritários.

26.2. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

|   | 31/12/2023    | 31/12/2022    |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido/(prejuízo)                  | 8.330         | (29.512)      |
| Ações ordinária                           | 7.066.362.882 | 7.066.362.882 |
| Resultado básico por ações em Reais (R\$) | 0,0012        | (0,0042)      |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26.3. Ajuste de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, e ao Complemento de Aposentadoria apontou em 31 de dezembro de 2023, uma perda líquida de R\$ 9.976 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2022 referente ao compartilhamento de riscos, encerrando assim o exercício de 2023 no valor de R\$ 7.228.

### 26.4. Prejuízos acumulados

O encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2023, resultou em um saldo de prejuízo acumulado de R\$ 103.233, resultado a qual teve redução de R\$ 8.330 em relação ao valor apresentado em 31 de dezembro de 2022.

## 27. Receita operacional líquida

O saldo da receita nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está apresentado a seguir:

|                                  | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas com serviços portuários | 141.220           | 132.329           |
| Receitas com arrendamentos       | 119.203           | 63.259            |
| Impostos sobre vendas e serviços | (29.649)          | (21.691)          |
| Cancelamentos e devoluções       | (202)             | (920)             |
| Receita de construção            | 10.735            | -                 |
| Receita operacional líquida      | <u>241.307</u>    | <u>172.977</u>    |

## 28. Custos e despesas por natureza

|                                   | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Despesas com pessoal              | (55.689)          | (79.032)          |
| Serviços de terceiros             | (52.226)          | (22.512)          |
| Amortizações concessão            | (6.471)           | (2.614)           |
| Depreciações e amortizações       | (10.717)          | (12.566)          |
| Materiais                         | (1.202)           | (370)             |
| Seguros                           | (3.377)           | (1.342)           |
| Obrigações da concessão           | (43.077)          | (8.324)           |
| Energia, água e outras utilidades | (2.474)           | (2.666)           |
| Ações judiciais                   | (185)             | (8.987)           |
| Multas                            | (624)             | (409)             |
| Despesas com viagens              | (553)             | -                 |
| Despesas tributárias              | (1.252)           | (402)             |
| Outras despesas                   | (5.377)           | (3.700)           |
| Custo de construção               | (10.735)          | -                 |
| Total                             | <u>(193.959)</u>  | <u>(142.924)</u>  |
| Custos dos serviços prestados     | (129.280)         | (81.250)          |
| Despesas gerais e administrativas | (64.679)          | (61.674)          |
| Total                             | <u>(193.959)</u>  | <u>(142.924)</u>  |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Outras receitas e despesas líquidas

|   | 31/12/2023      | 31/12/2022      |
|---|-----------------|-----------------|
| Provisões para riscos                                   | (5.174)         | (71.862)        |
| Provisão e reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa | 3.038           | (596)           |
| Provisão assistência médica                             | -               | (1.909)         |
| Provisão bônus  | (3.284)         | -               |
| Provisão energia elétrica                               | (307)           | -               |
| PDIV (a)  | (75.491)        | -               |
| Reversão provisão p/ riscos                             | 8.138           | -               |
| Reversão provisão plano de pensão                       | 1.534           | -               |
| Outras despesas e receitas operacionais                 | 12.722          | (2.227)         |
| Receita de direito de outorga (b)                       | 31.837          | -               |
| <b>Total</b>  | <b>(26.987)</b> | <b>(76.594)</b> |

(a) Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia publicou o edital do Programa de Desligamento Incentivado e Voluntário (PDIV) 2023, conforme previsto no contrato de concessão. O PDIV visa estabelecer critérios e procedimento para a concessão de incentivos "a demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do artigo 477-B da CLT e da decisão proferida no RE nº 590415 do STF (Tema 152) ressaltando-se apenas os processos judiciais iniciados antes do dia 10 de janeiro de 2023.

Podem participar deste programa todos os empregados com vínculo ativo em 05 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia, o programa teve sua finalização no dia 31 de julho de 2023.

Durante o exercício de 2023 ocorrerão os desligamentos dos funcionários que optarem pela adesão ao PDIV. A primeira turma, desligou-se da Companhia no mês de fevereiro de 2023 e os demais desligamentos ocorreram até setembro de 2023.

O pagamento das verbas indenizatórias, se pode observar no grupo de Outras Despesas;

(b) O saldo de recebido refere-se à primeira parcela do direito de outorga do contrato Navegantes, conforme Nota Explicativa nº 22.

30. Resultado financeiro

|  | 31/12/2023      | 31/12/2022      |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>Receitas financeiras:</b>                                   |                 |                 |
| Variação monetária ativa                                       | 5.407           | 913             |
| Rendimentos com aplicações financeiras                         | 13.120          | 12.627          |
| Juros ativos   | 913             | 2.982           |
| Descontos obtidos  | 2               | 28              |
| Outras receitas financeiras (juros e atual. s/ dep. Judiciais) | 758             | 3.965           |
| <b>Total</b>   | <b>20.200</b>   | <b>20.515</b>   |
| <b>Despesas financeiras:</b>                                   |                 |                 |
| Variação monetária passiva                                     | (21.045)        | (10.948)        |
| Despesas bancárias   | (51)            | (60)            |
| Juros sobre empréstimos  | (221)           | (573)           |
| Juros passivos   | (413)           | (120)           |
| Outras despesas financeiras                                    | (1.102)         | (983)           |
| <b>Total</b>   | <b>(22.832)</b> | <b>(12.684)</b> |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros

31.1. Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio:

|                                   | 31/12/2023     | 31/12/2022     |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Ativo                             |                |                |
| Custo amortizado                  |                |                |
| Caixa e equivalentes caixa        | 162.686        | 82.642         |
| Contas a receber                  | 14.313         | 5.621          |
| Créditos negociados com clientes  | -              | 5.400          |
| Depósitos Judiciais               | 25.837         | 47.585         |
| Total                             | <u>202.836</u> | <u>141.248</u> |
| Passivos financeiros              |                |                |
| Custo amortizado                  |                |                |
| Fornecedores                      | 18.528         | 8.623          |
| Passivo de Arrendamentos          | 3.770          | 5.790          |
| Outras Contas a pagar             | 4.584          | 881            |
| Obrigações com o poder Concedente | 201.156        | 271.701        |
| Total                             | <u>228.038</u> | <u>286.995</u> |

31.2. Categorias de instrumentos financeiros

31.2.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31.2.2. Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do sexto ano até o trigésimo ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

### 31.2.3. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e, os índices acumulados dos últimos 12 meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

| Operação                          | Risco    | Exposição | Cenário provável I | Cenário provável II (+25%) | Cenário provável III (+50%) | Cenário provável II (-25%) | Cenário provável III (-50%) |
|-----------------------------------|----------|-----------|--------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Saldos patrimoniais               |          |           |                    |                            |                             |                            |                             |
| Ativos financeiros                |          |           |                    |                            |                             |                            |                             |
| Aplicações financeiras            | 101% CDI | 161.678   | 19.009             | 23.761                     | 28.513                      | 14.257                     | 9.504                       |
| Passivos financeiros              |          |           |                    |                            |                             |                            |                             |
| Obrigações com o poder concedente | IPCA     | 177.659   | 8.208              | 10.260                     | 12.312                      | 6.156                      | 4.104                       |

---

Ibson José Hulle Filho  
Diretor Presidente

---

Miguel Britto Ferreira  
Diretor Jurídico e Regulatório

---

Pedro Henrique Garcia Benevides  
Diretor Comercial

---

Alsimar Santos Damasceno  
Diretor de Infraestruturas e Operações

---

Scheslei Wagemacker  
Gerente de Contabilidade  
CRC-ES: 019.459/O-4